

Territórios, Comunidades e Educação Escolar Quilombola (Mato Grosso e Rondônia)

  Nilce Vieira Campos Ferreira*   Paulo Sérgio Dutra**

*Universidade Federal do Mato Grosso

**Universidade Federal de Rondônia

Como citar: FERREIRA, Nilce Vieira Campos; DUTRA, Paulo Sérgio. Territórios, Comunidades e Educação Escolar Quilombola (Mato Grosso e Rondônia). **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 35, n. jan/dez, 2026. DOI: doi.org/10.29286/216432026

Resumo

Apresenta-se algumas reflexões sobre educação escolar nas comunidades quilombolas de Mato Grosso e Rondônia. Objetiva-se analisar as instituições escolares e os territórios como espaços educativos e de resistência, considerando culturas que transcendem tempos e espaços. Como metodologia, investiga-se documentos de referência, normativas e informações disponíveis na Fundação Cultural Palmares. Conclui-se que as instituições escolares nos territórios, a partir de seus currículos, dialogam com o sentimento de pertencimento às comunidades. Uma instituição escolar quilombola procura manter viva a memória de ancestralidade, fortalecer e promover o sentimento de pertença a um quilombo, de modo a permitir que jovens estudantes da comunidade aprendam e valorizem a história de seu povo, de sua comunidade e sua identidade.

Palavras-chave: Educação Escolar. Quilombos. Mato Grosso. Rondônia.

Territories, Communities, and Quilombola School Education (Mato Grosso and Rondônia)

Abstract

This paper presents some reflections on school education in the quilombola communities of Mato Grosso and Rondônia. The objective is to analyse educational institutions and territories as spaces for education and resistance, considering cultures that transcend time and space. The methodology involves examining reference documents, regulations, and information available at the Palmares Cultural Foundation. It is concluded that school institutions in these territories, through their curricula, foster a sense of belonging to the communities. A quilombo school institution seeks to keep the memory of ancestry alive, strengthen and promote a sense of belonging to a quilombo, to enable young students in the community to learn and value the history of their people, their community, and their identity.

Keywords: School Education. Quilombos. Mato Grosso. Rondônia.

Territorios, Comunidades y Educación Escolar Quilombola (Mato Grosso y Rondônia)

Resumen

Se presentan algunas reflexiones sobre la educación escolar en las comunidades quilombolas de Mato Grosso y Rondônia. El objetivo es analizar las instituciones escolares y los territorios como espacios educativos y de resistencia, teniendo en cuenta culturas que trascienden el tiempo y el espacio. Como metodología, se investigan documentos de referencia, normativas e información disponible en la Fundación Cultural Palmares. Se concluye que las instituciones escolares en los territorios, a partir de sus planes de estudio,

dialogan con el sentimiento de pertenencia a las comunidades. Una institución escolar quilombola busca mantener viva la memoria de la ascendencia, fortalecer y promover el sentimiento de pertenencia a un quilombo, a fin de permitir que los jóvenes estudiantes de la comunidad aprendan y valoren la historia de su pueblo, de su comunidad y de su identidad.

Palabras clave: Educación escolar. Quilombos. Mato Grosso. Rondônia.

Introdução

Neste texto, trazemos algumas reflexões relevantes sobre instituições escolares, suas práticas educacionais em territórios de quilombos mato-grossenses e rondonienses. Circunscrevemos a análise nos estados de Mato Grosso e Rondônia, para auxiliar a pensar a educação escolar quilombola, dialogar e refletir sobre espaços de culturas e lugares plurais de (res)significações.

Ao longo dos anos, temos desenvolvido nossas pesquisas, tanto no Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero (GPHEG/UFMT, 2026), quanto na Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil e da América Latina (RECONAL-Edu, 2026) e na Rede quilombo (2026), em torno de movimentações referentes à História da Educação, populações historicamente excluídas e da cultura e educação popular, aspectos importantes para a educação que é oferecida em territórios de quilombos.

Nossos estudos já têm em si o reconhecimento efetivo de que a cultura quilombola e local é levada para as instituições escolares e para “[...] dentro dos seus muros, fazendo com que os estudantes não se sintam invisíveis. Traz a tradição local para dentro a partir das aulas expositivas e atividades a serem efetuadas pelos estudantes. Ela valoriza a oralidade e ancestralidade [...]” (Nascimento, 2013, p. 22).

Ou dito de outra forma, a educação quilombola e suas inter-relações implicam estudos sobre tradições, ancestralidades, religiosidade, artes, os

estilos de vida dessas populações. Como dito por Kabengele Munanga (2006), essas são vivências que permitiram que os povos africanos e seus descendentes resistissem culturalmente na defesa de suas identidades, dignidade e liberdade, modelando e contribuindo para a cultura e a pluralidade da identidade da população brasileira.

Os autores citados acima, bem como outros estudos, corroboram a compreensão de que na educação escolar quilombola importa a valorização do patrimônio, da cultura, da identificação com tradições e costumes das comunidades quilombolas. Diretrizes curriculares diferenciadas, ministradas nas escolas quilombolas, visam a manutenção de sua cultura no mundo eminentemente rural, muitas vezes, em comunidades ribeirinhas. Ou seja, a formação escolarizada oferecida nessas comunidades é diferenciada, respeita a tradição das populações que vivem no meio rural e dele cuida, enfim, a educação é permeada por valores e práticas ancestrais que respeitam e valorizam aspectos étnicos, culturais e territoriais de cada comunidade.

Nessa linha de raciocínio, o estudo dessa temática legitima a ampliação de pesquisas sobre a história das instituições escolares e suas práticas de formação para populações rurais, ribeirinhas, quilombolas. Ao longo dos anos, analisamos “[...] um conjunto de dispositivos legais considerados como artefatos de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas [...]” (Ferreira; Bomdespacho; Martins, 2022, p. 151). Este manuscrito corrobora, portanto, o interesse em ampliar a compreensão e colaborar para o registro tanto da existência de quilombos mato-grossenses e rondonienses quanto da história e historiografia da educação em territórios quilombolas.

Malgrado, acreditamos e defendemos que a educação se coloca como uma maquinaria, um instrumento fundamental no processo de superação de desigualdades sociais, culturais, educacionais, econômicas, entre outras

assimetrias. Embora saibamos dos desafios postos na atual conjuntura para materialização dos direitos sociais e políticas públicas que versam sobre a temática, compreendemos que inúmeras outras possibilidades vêm se evidenciando por meio de legislações e normativas que foram instituídas nos últimos anos e regularam a educação quilombola e seu alcance nas comunidades que vivem em quilombos.

De fato, a perspectiva adotada neste texto corrobora sua vinculação com o avanço do conhecimento sobre a temática e com o campo dos direitos sociais e humanos. Destarte, a função social ao apresentar resultados de uma pesquisa deve igualmente voltar-se para análises que privilegiem a inclusão social, para a superação das desigualdades, para a valorização igualitária das várias culturas, para a preservação ambiental e para o desenvolvimento educacional local e regional.

Organizamos o texto em mais quatro seções, além desta introdução. Subdividimos em seções, apenas para efeito de organização textual. Logo, após a introdução, trazemos breve contexto histórico do encontro com a temática, seguido da apresentação do *lócus* da pesquisa, para logo depois falarmos sobre a educação escolar quilombola e suas diretrizes, bem como sintética análise das matrizes curriculares para o ensino fundamental e médio. Finalizamos com nossas considerações dialógicas sobre a temática.

Contexto Histórico

O encontro com a temática que abordamos neste texto resulta em alguma medida de pesquisas que realizamos na “Rede Mato-Grossense Quilombos: Observatório de Instituições Escolares e Circularidade de Modelos Educacionais para a Educação Quilombola em Mato Grosso e Rondônia” e de um conjunto de questões que despontaram ao longo de experiências profissionais no ofício da docência, um ofício que nos trouxe

valiosos encontros e achados que remetem à educação e às instituições escolares quilombolas.

Atualmente, e desde 2017, juntos com pesquisadoras e pesquisadores do Centro-Oeste, Nordeste e Norte brasileiros e da América Latina, mediante Acordo Específico de Cooperação mútua e interinstitucional, compomos a Rede de Pesquisa RECONAL-Edu (2026).

Nas investigações que desenvolvemos em rede, deparamo-nos com a escassez de trabalhos que abordam a temática da História da Educação Quilombola. Identificamos lacunas em pesquisas que abordassem políticas públicas de educação, programas de formação e trabalho docente, currículos, infraestrutura das escolas, condições de atendimento, materiais didáticos, campanhas de formação para professores, dinâmica da educação no meio rural e quilombola, desafios que profissionais da educação, em sua maioria mulheres, enfrentam nas salas de aula e nas comunidades para o fomento a sua própria educação, entre outras temáticas diretamente relacionadas às questões de gênero e suas implicações nos espaços de escolarização e de atuação docente, notadamente realizadas no meio rural.

Nessa trajetória, alguns achados trouxeram histórias de professoras que desde os anos de 1930 já lutavam por melhorias da educação da população quilombola mato-grossense e rondoniense. Verdadeiras missionárias, essas professoras navegaram os rios Madeira, Mamoré e Guaporé para fundarem escolas ribeirinhas e ensinar em salas de aula quilombolas. A exemplo, Verena de Leite Brito, primeira mulher formada no magistério primário em Guajará-Mirim (Ferreira, Dutra, Souza, 2022).

Os estudos sobre a historiografia no Centro-Oeste e Norte brasileiros, notadamente, trazem histórias de militâncias, de mulheres, de professores, de instituições escolares, métodos e programas de ensino que ainda permanecem invisibilizados ou são apenas de conhecimento local ou regional. Desse modo, são importantes pesquisas que relatam histórias de escolas, da formação de estudantes, de formação docente para atuação no

meio rural e quilombola, de professores que iniciaram sua profissão ainda muito jovens e ministraram aulas em comunidades ribeirinhas, quilombolas, tanto em Mato Grosso quanto em Rondônia.

Descrever e analisar essa temática permite avançarmos no conhecimento sobre territórios e uma população ainda desconhecida, de locais e pessoas que salvaguardam suas tradições, interagem com a realidade campesina, trabalham, ensinam e aprendem em suas comunidades, nas quais são, moradores, professores e estudantes. Nesses territórios constroem seus percursos formativos, como dito por Paul Thompson (1992). O estudo dessas histórias que ocorrem dentro da comunidade propicia o contato, a compreensão entre classes sociais e entre gerações e “[...] pode dar um sentimento de pertencer a determinado lugar e a determinada época. Em suma, contribui para formar seres humanos mais completos.” (Thompson, 1992, p. 44).

Comungamos com essa concepção e defendemos que nossa dedicação aos estudos referentes à educação quilombola é relevante para que a história e a memória dessas populações se perpetuem no tempo. Essas inquietações traduzem-se nas orientações que temos realizado junto a jovens pesquisadores e pesquisadoras quilombolas e têm nos conduzido à ampliação desses estudos e ao início de pesquisas focadas na temática história da educação quilombola, de modo a analisar a condição quilombola, de professores formadores, profissionais que nominamos como missioneiras e missionários, dada a complexa realidade na qual atuam, bem como o esforço que exercem para a circularidade de modelos de formação quilombola.

Essa história invisibilizada pela história oficial merece ser conhecida, afinal professores e habitantes quilombolas fundaram instituições educativas, geriram escolas, alfabetizaram crianças, jovens e adultos quilombolas, ministraram aulas e envolveram-se em movimentos comunitários pela educação quilombola transformando seus contextos

educacionais. O interesse pela temática em foco decorre, em suma, da importância da história da educação quilombola, dada a quantidade de comunidades remanescentes quilombolas existentes em Mato Grosso e Rondônia e da população que os habita.

Quilombos em Mato Grosso e Rondônia

Investigar a educação e instituições escolares quilombolas, diretrizes, práticas formativas permitiu que identificássemos o quanto ainda são escassas as pesquisas sobre a temática. Pelo levantamento inicial que fizemos, constatamos não haver muitas publicações a respeito, o que nos leva afirmar que o tema ainda se encontra em fase de consolidação. Na esteira de nossa pesquisa compreendemos particularmente que quilombos estão situados em áreas brasileiras que foram ocupadas por significativa população escrava.

Assim se formaram os quilombos: comunidades organizadas por povos africanos livres que não se submeteram à dominação, viveram com liberdade e dignidade humana e se estruturaram segundo as terras ocupadas e o número de habitantes que organizaram hábil produção agrícola para seu sustento. Suas formas de vida social em território brasileiro foram construídas consoante modelos tradicionais africanos que foram adaptados à nova realidade de suas vidas, como dito por Abdias Nascimento (2002). Destacamos, a seguir, o *lócus* da pesquisa em Mato Grosso no quadro 1, elaborado a partir de informações disponíveis na Fundação Cultural Palmares (FCP/MinC, 2025).

Quadro 1 - Comunidades Quilombolas em Mato Grosso (2005-2023).

Município	Comunidade	N. Processo FCP/MinC	N. Processo no INCRA
Acorizal	Aldeias	01420.001779/2005-15	54240.005249/2005-21
Acorizal	Baús	01420.001809/2005-93	54240.005235/2005-15
Barra do Bugres	Vaca Morta	01420.001808/2005-49	54240005240/2005-10

Barra do Bugres	Baixio	01420.001777/2005-26	54240.005263/2005-24
Barra do Bugres	Vermelhinho	01420.001776/2005-81	54240.005252/2005-44
Barra do Bugres	Morro Redondo	01420.001177/2007-20	54240.002147/2007-15
Barra do Bugres	Água Doce	01420.010181/2015-99	Em fase de registro
Barra do Bugres	Camarinha Vão Grande	01420.102893/2023-43	Em fase de registro
Barra do Bugres Porto Estrela	Vãozinho Votinha	01420.001181/2007-98	54240.002144/2007-81
Cáceres	Monjolo	01420.001773/2005-48	54240.005258/2005-11
Cáceres	Santana	01420.001833/2005-22	54240.005239/2005-95
Cáceres	Ponta do Morro	01420.001834/2005-77	54240.005243/2005-53
Cáceres	Exú	01420.001835/2005-11	54240.005257/2005-77
Cáceres	Chapadinha	01420.001836/2005-66	54240.005255/2005-88
Cáceres	São Gonçalo	01420.001837/2005-19	54240.005242/2005-17
Cáceres	Pita Canudos	01420.010591/2013-78	54240.001858/2014-00
Chapada dos Guimarães	Lagoinha de Baixo	01420.00844/2005-95	54240.002141/2005-86
Chapada dos Guimarães	Itambé	01420.00845/2005-30	54240.005178/2005-66
Chapada dos Guimarães	Lagoinha de Cima	01420.00846/2005-84	54240.005177/2005-11
Chapada dos Guimarães	Arica-Açú	01420.001831/2005-33	54240.005253/2005-99
Chapada dos Guimarães	Cachoeira do Bom Jardim	01420.001832/2005-88	54240.005261/2005-35
Chapada dos Guimarães	Cansanção	01420.001840/2005-24	54240.005244/2005-06
Chapada dos Guimarães	Barro Preto Serra do Cambam Bi	01420.000049/2009-21	54240.005261/2005-35
Cuiabá	São Gerônimo	01420.001811/2005-62	54240.005250/2005-55
Cuiabá	Coxipó Açú	01420.001842/2005-13	54240.005238/2005-41
Cuiabá	Aguassú	01420.001839/2005-08	54240.005233/2005-18
Nossa Senhora do Livramento	Entrada do Bananal	01420.001830/2005-99	54240.005246/2005-97
Nossa Senhora do Livramento	Mata Cavalo (Povoados: Mata Cavalo de Cima, Mata Cavalo de Baixo, Ribeirão do Mutuca, Aguassú, Ventura Capim Verde E Ourinhos)	01420.000586/2007-17	54240.001538/2004-70
Nossa Senhora do Livramento	Jacaré de Cima	01420.001778/2005-71	54240.005269/2005-00
Nossa Senhora do Livramento	Cabeceira do Santana	01420.001810/2005-18	54240.005270/2005-26
Nossa Senhora do Livramento	Barreiro	01420.001829/2005-64	54240.005232/2005-73
Nossa Senhora do Livramento	Campina Verde	01420.001828/2005-10	54240.005231/2005-29

Nossa Senhora do Livramento	Ribeirão da Mutuca	01420.000223/2006-92	Em fase de registro
Novo Santo Antônio	Família Vieira Amorim	01420.000379/2014-83	54240.001857/2014-57
Poconé	Curralinho	01420.001789/2005-51	54240.005267/2005-11
Poconé	São Benedito	01420.001791/2005-20	54240.005266/2005-68
Poconé	Chumbo	01420.001793/2005-19	54240.005280/2005-61
Poconé	Laranjal	01420.001798/2005-41	54240.005236/2005-51
Poconé	Campina de Pedra	01420.001797/2005-05	54240.005272/2005-15
Poconé	Imbé	01420.001795/2005-16	54240.005273/2005-60
Poconé	Cágado	01420.001787/2005-61	54240.005237/2005-04
Poconé	Morro Cortado	01420.001785/2005-72	54240.005264/2005-79
Poconé	Minadouro 2	01420.001767/2005-91	54240.005279/2005-37
Poconé	Morrinhos	01420.001769/2005-80	54240.005259/2005-66
Poconé	Tanque do Padre Pinhal	01420.001770/2005-12	54240.005254/2005-33
Poconé	Jejum	01420.001774/2005-92	54240.005245/2005-42
Poconé	Coitinho	01420.001775/2005-37	54240.005260/2005-91
Poconé	São Gonçalo II	01420.016737/2014-70	54240.002244/2015-18
Poconé	Retiro	01420.001790/2005-85	54240.005277/2005-48
Poconé	Canto do Agostinho	01420.001792/2005-74	54240.005268/2005-57
Poconé	Varal	01420.001799/2005-96	54240.005247/2005-31
Poconé	Passagem de Carro	01420.001796/2005-52	54240.005271/2005-71
Poconé	Pedra Viva	01420.001794/2005-63	54240.005281/2005-14
Poconé	Pantanalzinho	01420.001786/2005-17	54240.005278/2005-92
Poconé	Aranha	01420.001784/2005-28	54240.005265/2005-13
Poconé	Chafariz Urubama	01420.001783/2005-83	54240.005276/2005-01
Poconé	Rodeio	01420.001781/2005-94	54240.005274/2005-12
Poconé	Céu Azul	01420.001782/2005-39	54240.005275/2005-59
Poconé	Sete Porcos	01420.001768/2005-35	54240.005248/2005-86
Poconé	Capão Verde	01420.001771/2005-59	54240.005234/2005-62
Poconé	Campina II	01420.001772/2005-01	54240.005256/2005-22
Poconé	Sesmaria Fazenda Grande (Barreirão, Capão De Ouro, Carandá, Lagoa Grande, Manga E Passagem Velha)	01420.012448/2015-82	54240.001111/2017-96
Poconé	Carretão	01420.006383/2017-06	54000.003074/2018-64
Porto Estrela	Bocaina	01420.004705/2011-89	54240.000396/2011-52
Santo Antônio do Leverger	Abolição	01420.001812/2005-15	54240.005251/2005-08
Santo Antônio do Leverger	Sesmaria Bigorna/Estiva	01420.000832/2007-22	54240.000919/2007-84
Várzea Grande	Capão do Negro Cristo Rei	01420.001832/2009-10	54240.002890/2009-37
Vila Bela da Santíssima	Bela Cor	01420.001827/2005-75	54240.005241/2005-64

Trindade			
Vila Bela da Santíssima Trindade	Boqueirão, Vale do Rio Alegre e Vale do Rio Guaporé	01420.001838/2005-55	54240.005262/2005-80
Vila Bela da Santíssima Trindade	Manga	01420.001841/2005-79	54240.005230/2005-84
Vila Bela da Santíssima Trindade	Capão do Negro	01420.003368/2006-45	54240.001639/2007-93
Vila Bela da Santíssima Trindade	Vale do Alegre	01420.000237/2007-97	54240.001640/2007-18

Fonte: Autores (2025).

A planilha acima demonstra que há um vasto campo a ser explorado no texto que ora apresentamos. A despeito disso, para atender a uma população de 11.729 pessoas identificadas pelo IBGE (2024, p. 81), em Mato Grosso há apenas 05 escolas que ministram a modalidade de educação quilombola: Escola Estadual Tereza Conceição de Arruda, situada em Nossa Senhora do Livramento; Escola Estadual Maria de Arruda Muller, localizada em Santo Antônio do Leverger; Escola Estadual Reunidas de Cachoeira Rica, situada em Chapada dos Guimarães; Escola Estadual José Mariano Bento, localizada em Barra do Bugres; Escola Estadual Verena Leite de Brito, situada em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Em Rondônia, há 08 comunidades quilombolas certificadas: Comunidade de Remanescentes de Quilombo Forte Príncipe da Beira e Santa Fé, em Costa Marques; em São Francisco do Guaporé há a Comunidade Santo Antônio do Guaporé; em Alta Floresta do Oeste há a Comunidade Pedras Negras do Guaporé e Comunidade Rolim de Moura do Guaporé; em Pimenteiras do Oeste há a Comunidade Laranjeiras e a Comunidade Santa Cruz; em São Miguel do Guaporé há Comunidade Jesus (FCP/MinC, 2025).

Quadro 2 - Comunidades Quilombolas em Rondônia (2003 – 2007).

Município	Comunidade	Processo FCP/MinC	Processo INCRA
São Francisco do Guaporé	Santo Antônio do Guaporé	01420.000359/2003-50	54300.000746/2005-81
Alta Floresta D'Oeste/ São Francisco do Guaporé	Pedras Negras	01420.001295/2005-76	54300.000745/2005-36
Costa Marques	Forte Príncipe da Beira	01420.001406/2005-44	54300.001013/2008-14
Alta Floresta D'Oeste	Rolim de Moura do Guaporé	01420.002954/2005-91	54000.021082/2017-10
Pimenteiras D'Oeste	Laranjeiras	01420.002078/2005-01	54300.001014/2008-51
São Miguel do Guaporé/Seringueiras	Jesus	01420.000556/2006-11	54300.002174/2005-74
Costa Marques	Santa Fé	01420.002941/2006-01	54300.001012/2008-61
Pimenteiras D'Oeste	Santa Cruz	01420.001480/2007-22	Em fase de registro

Fonte: Autores (2025).

Interessante ressaltar que em Rondônia embora tenhamos identificado oito comunidades quilombolas, a partir de dados disponibilizados na página da FCP/MinC (2025), não há nenhuma escola que ministre a modalidade de educação quilombola. O censo demográfico realizado em 2022 no Brasil registrou 2.925 pessoas moradoras em territórios quilombolas no estado (IBGE, 2024, p. 81), compondo uma população relativamente significativa que justificaria ao menos a existência de uma escola quilombola no estado.

Destacamos ainda que cabe à Fundação Cultural Palmares – FCP/MinC (2025), vinculada ao Ministério da Cultura - MEC, no Brasil, certificar a autoatribuição quilombola e as comunidades. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2025) é a instância brasileira responsável por titular os territórios quilombolas como registramos nos quadros 1 e 2.

Alguns estados brasileiros, Pará, Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo, Sergipe,

Rio Grande do Sul e Santa Catarina possuem leis específicas para regularizar os territórios quilombolas. (IBGE, 2024).

Educação Escolar Quilombola e suas Diretrizes

As orientações curriculares para a Educação Escolar Quilombola tiveram suas primeiras normativas com a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que não trazia em seu texto referências que tratavam do estudo da História e da Cultura da África e dos africanos. Somente com a sanção da Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003 (Brasil, 2003), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, em escolas públicas e privadas. O parágrafo primeiro da Lei instituiu “[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.” (Brasil, 1996).

Um currículo específico para a educação escolar quilombola deve considerar, portanto, os contextos socioculturais, regionais e territoriais das comunidades quilombolas em seus projetos de Educação Escolar Quilombola, como definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, como citado a seguir.

Art. 35 O currículo da Educação Escolar Quilombola, obedecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas para todas as etapas e modalidades da Educação Básica, deverá: I - garantir ao educando o direito a conhecer o conceito, a história dos quilombos no Brasil, o protagonismo do movimento quilombola e do movimento negro, assim como o seu histórico de lutas; II - implementar a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, nos termos da Lei nº 9.394/96, na redação dada pela Lei nº 10.639/2003, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004; III - reconhecer a história e a cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional, considerando as mudanças, as recriações e as ressignificações históricas e

socioculturais que estruturam as concepções de vida dos afro-brasileiros na diáspora africana; IV - promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afrobrasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas; V - garantir as discussões sobre a identidade, a cultura e a linguagem, como importantes eixos norteadores do currículo. (Brasil, 2012).

Ao adotar essas diretrizes, uma instituição escolar que ministra a modalidade de educação quilombola mantém viva a memória da ancestralidade, fortalece e promove o protagonismo quilombola, o sentimento de pertença de ser integrante de um quilombo, colaborando para que jovens estudantes da comunidade aprendam e valorizem a história de seu povo e sua identidade. Nessas escolas, professoras e professores criaram estratégias pedagógicas e um currículo pluricultural que valorizam a diversidade, ampliam o acesso e contribuem para a permanência de jovens estudantes, para o aprimoramento de práticas, manutenção e divulgação de seus valores, de suas tradições, características culturais e econômicas.

Em Mato Grosso desde 2016, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC/MT) instituiu as Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais. A Superintendência de Diversidades (SUDI/SAGE/SEDUC/MT), por meio da Coordenadoria de Educação do Campo e Quilombola (COCQ/SUDI/SAGE/SEDUC/MT), é a instância responsável pelas atividades de formação docente e pelo acompanhamento do desenvolvimento das atividades nas escolas quilombolas. Esse documento apresenta orientações curriculares para Educação ambiental, Educação em Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual, Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação de Jovens e Adultos e Educação Indígena, cujo objetivo é contribuir com o processo formativo de jovens quilombolas no estado.

O documento, no que se refere à Educação Escolar Quilombola, traz um histórico sobre as lutas das comunidades quilombolas, discute o

conceito de quilombo e aborda questões como Educação Quilombola e valores afro-brasileiros. Nessas orientações curriculares há alguns apontamentos que podem auxiliar a prática educativa, tais como: conceitos como a circularidade de conhecimentos, oralidade, energia vital, corporeidade, musicalidade, ludicidade, cooperatividade/comunitarismo, memória, religiosidade, ancestralidade.

Em relação à Parte Diversificada do currículo, está descrito que o processo de ensino e de aprendizagem deve ocorrer “[...] a partir dos conhecimentos manipulados nas comunidades [...] para contribuir com ações significativas que contribuam em práticas de cidadania na inferência da realidade local” (SEDUC, 2020, p. 159). A seguir apresentamos a matriz curricular no Ensino Fundamental ministrado em Mato Grosso.

Figura 1 - Matriz curricular do Ensino Fundamental Quilombola.

BASE NACIONAL COMUM PARTE DIVERSIFICADA	Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	CHA	CHS	6ºANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
	CIÊNCIA DA NATUREZA	CIÊNCIA DA NATUREZA	80	2	2	2	2	2
	MATEMÁTICA	MATEMÁTICA	120	3	3	3	3	3
	CIÊNCIAS HUMANAS	GEOGRAFIA	120	3	3	3	3	3
		HISTÓRIA	120	3	3	3	3	3
	ENSINO RELIGIOSO		40*	*1	*1	*1	*1	*1
	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	160	4	4	4	4	4
		ARTE	40	1	1	1	1	1
		EDUCAÇÃO FÍSICA	40	1	1	1	1	1
		LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA	40	1	1	1	1	1
	CIÊNCIAS E SABERES QUILOMBOLAS	PRÁTICAS EM CULTURA E ARTESANATO QUILOMBOLA	40	1	1	1	1	1
		PRÁTICAS EM TÉCNICA AGRÍCOLA E QUILOMBOLA	40	1	1	1	1	1
		PRÁTICAS EM TECNOLOGIA SOCIAL	40	1	1	1	1	1
TOTAL DE CH	ANUAL EM HORAS AULA		880	22	880	880	880	880

Obs.: * Componente Curricular Optativo

Fonte: SEDUC (2020, p.43).

No documento Orientações Curriculares de Mato Grosso é possível encontrar uma lista de referenciais temáticos e conhecimentos para cada disciplina, necessários para o trabalho pedagógico escolar. É um documento

de referência alinhado aos aspectos sociais, econômicos e culturais do estado. O documento está dividido em 4 cadernos: concepções da Educação Básica, Ensino Infantil, Fundamental (anos iniciais e anos finais). Quanto à organização do currículo, tanto o Ensino Fundamental quanto o Ensino Médio, seguem as normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

O documento permite algumas considerações que são destaque: I) pensar na construção/reconhecimento/valorização da identidade do jovem quilombola que reside no campo ou na cidade; II) abarcar tanto indagações individuais como sociais, bem como integrar padrões locais e globais; III) possibilitar algumas reflexões sobre as juventudes quilombolas e IV) pensar na diversidade, pois as comunidades quilombolas estão presentes em diferentes municípios de Mato Grosso, têm territórios diferentes e culturas diferentes, como podemos ver na Figura 2.

Figura 2 - Matriz curricular do Ensino Médio Quilombola (Mato Grosso).

BASE NACIONAL COMUM E PARTE DIVERSIFICADA	ÁREAS DO CONHECIMENTO	DISCIPLINA	CHA	1º ANO	2º ANO	3º ANO
	LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS	LINGUA PORTUGUESA	120	3	3	3
		L. ESTRANGEIRA MODERNA (1)	40	*1	*1	*1
		ARTES	40	1	1	1
		L. ESTRANGEIRA MODERNA (2)	40	**1	**1	**1
		EDUCAÇÃO FÍSICA	40	1	1	1
	CIÊNCIAS DA NATUREZA	FÍSICA	40	1	1	1
		QUÍMICA	40	1	1	1
		BIOLOGIA	40	1	1	1
	MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	MATEMÁTICA	120	3	3	3
	CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E APLICADAS	HISTÓRIA	80	2	2	2
		GEOGRAFIA	80	2	2	2
		FILOSOFIA	40	1	1	1
		SOCIOLOGIA	40	1	1	1
	CIÊNCIAS E SABERES QUILOMBOLAS	PRÁTICAS EM CULTURA E ARTESANATO QUILOMBOLA	40	1	1	1
		PRÁTICA EM TÉCNICA AGRÍCOLA E QUILOMBOLA	40	1	1	1
		PRÁTICA EM TECNOLOGIA SOCIAL	40	1	1	1
TOTAL DE CH	ANUAL EM HORAS AULA	880	22	22	22	

Obs.: * Componente Curricular Obrigatório
** Componente Curricular Optativo

Fonte: SEDUC (2020, p. 44).

A respeito das atividades pedagógicas, a partir dos componentes Ciências e Saberes Quilombolas, realizadas em sala de aula, esses temas e conteúdos estabelecidos para a parte diversificada do currículo da educação escolar quilombola são explorados a partir do que estudantes já conhecem em sua realidade, a exemplo, a trajetória de luta e resistência vivenciada pelas comunidades quilombolas, protagonizada também pelos próprios estudantes, conteúdos circunscritos às tradições dos quilombos.

A educação escolar quilombola se inscreve em um pressuposto que transcende os objetivos formais da educação escolar tradicionalmente conhecida, mas abarca a finalidade de reescrever e afirmar as tradições ou traduções culturais dos quilombos; recuperar suas histórias suprimidas e reprimidas; reunir estilhaços de suas identidades; reinscrever sua comunidade e libertar as pessoas das amarras calcificantes dos estereótipos e de todos os negativismos impostos, resgatando sua autoestima e autoconfiança (Santana, 2019, p. 89).

O excerto acima, transcrito de uma dissertação defendida por uma professora quilombola, moradora em um quilombo mato-grossense, encontra fundamentos nos pressupostos do Documento de Referência Curricular do estado de Mato Grosso e nas normativas específicas que regulamentam a modalidade educação escolar quilombola. Ao instituir a Área do Conhecimento Ciências e Saberes Quilombolas o documento contempla conteúdos que reafirmam as tradições culturais dos quilombos, a própria identidade quilombola, possibilitando que as atividades de ensino permitam a jovens estudantes conhecer e reescrever a história de seu povo e da comunidade da qual fazem parte.

Nessa perspectiva, docentes quilombolas ao atuarem em uma escola quilombola, utilizam conhecimentos da cultura africana como ferramentas para suas práticas de ensino. Desse modo, estudantes mantêm contato com suas origens, com as tradições, vivências e saberes de seu povo. Na parte diversificada, Ciências e Saberes Quilombolas, aprendem sobre artesanato,

tecnologias sociais, práticas agrícolas tradicionais e sobre sua cultura. De fato, nas salas de aula é ensinado sobre a “[...] cultura transmitida de geração a geração. O trabalho na roça era dividido entre o esposo, esposa e filhos e por muitos anos as famílias mantiveram esses costumes.” (Tavares, 2017).

Palavras finais

Nos últimos anos temos empreendido considerável esforço metodológico em nossas atividades de pesquisa no sentido de analisarmos a educação em suas várias multiplicidades de alcance das comunidades. Destacamos que para compreender e analisar a educação escolar quilombola temos nos debruçado sobre a compreensão da diferenciação da população quilombola e de seus territórios oficialmente delimitados, no intuito de conhecer e difundir os conhecimentos, os saberes e fazeres da cultura tradicional quilombola.

Temos visitado as comunidades e assinalamos que foi necessário reunir fontes de pesquisa que disponibilizamos em nossas redes digitais, em específico na Rede kilombo. Normativas, documentos de referência, projetos políticos pedagógicos, encontros, entrevistas e rodas de diálogo com essas comunidades, têm nos permitido compreender como ali se faz educação.

Outro esforço experimental que temos feito tem sido a compatibilização do mapeamento de quilombos e suas práticas educacionais entre Mato Grosso e Rondônia. Informações relevantes foram coletadas na Fundação Cultural Palmares - FCP/MinC, que tem a atribuição de expedir as certidões de autodefinição quilombola nos termos do Art. 3º do Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que dispõe sobre a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, o que nos permitiu configurar municípios e comunidades. Outras

informações importantes foram trazidas pelos dados do Censo Demográfico de 2022.

Para atender às diretrizes da educação escolar quilombola é preciso ainda ampla experiência de vida na comunidade. Professores e professoras quilombolas trabalham conteúdos diversificados, que consideram o processo de ensino e de aprendizagem articulados ao conhecimento e às histórias de vida de moradores de quilombos.

No Documento de Referência Curricular do estado de Mato Grosso para a Educação Escolar Quilombola consta que mais do que elevar a escolaridade é preciso garantir o desenvolvimento intelectual, a aquisição de novos conhecimentos, mas principalmente para permitir a compreensão do mundo e de si mesmos no mundo.

Em Rondônia ainda não há documentos de referência como em Mato Grosso. Talvez ao publicitar esta realidade demos um passo a mais para construção de um documento, como o que foi elaborado em Mato Grosso, em outros estados.

Ao término, se considerarmos a efetivação de direitos relacionados à oferta de educação escolar quilombola, destacamos que o estado de Rondônia precisa avançar no sentido de cumprir as demandas das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola, processo que, em Mato Grosso, a partir de nossas análises, encontra-se em processo contínuo.

Referências

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. CNE/CEB 8/2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 de novembro de 2012, Seção 1, p. 26.

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 de janeiro de 2003, Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Diário Oficial da União – DOU**, Brasília, DF: seção 1, ano CXXXII, n. 233, 23 de dezembro de 1996. p. 27833-27841.

CNPq. **Projeto de Pesquisa Rede Mato-Grossense Quilombos:** Observatório de Instituições Escolares e Circularidade de Modelos Educacionais para a Educação Quilombola em Mato Grosso e Rondônia. Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2023.

CNPq. **Projeto de Pesquisa Professoras Quilombolas:** Mulheres e Missionárias nos Quilombos de Mato Grosso (Formação e Atuação). Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2024.

FCP/MinC. **Fundação Cultural Palmares.** Certificação Quilombola. Comunidades Certificadas. Ministério da Cultura: Fundação Palmares, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em 11 mar. 2025.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; DUTRA, Paulo Sérgio; SOUZA, Cleicineia de Oliveira. Verena Leite: Professora e Missionária Rural no Vale do Guaporé. In: DUTRA, Paulo Sérgio; FERREIRA, Nilce Vieira Campos; SOUZA, Cleicineia de Oliveira. **Formação de Professoras Rurais, História da Educação e Contextos de Pesquisa nas Regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil e na América Latina**. 1. ed. Cáceres: Editora UNEMAT, 2022. p. 77 – 84.

FERREIRA, Nilce Vieira Campos; RODRIGUES, Luísa Bomdespacho; MARTINS, Joira Aparecida Leite de Oliveira Amorim. Docência no Quilombo Itambé: história, memória e vivências. **Revista Educação & Emancipação**, v. 15, p. 129-155, 2022.

GPHEG/UFMT. **Grupo de Pesquisa em História da Educação, Acervos Históricos Institucionais e Gênero.** Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/gpheg>. Acesso em: 03 mar. 2026.

IBGE. **Censo Demográfico 2022:** Localidades quilombolas. Resultados do universo. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2024.

INCRA. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 12 abr. 2025.

KILOMBO. **Rede kilombo.** Disponível em: <https://kilombo.pro.br>. Acesso em: 23 abr. 2026.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de Hoje**. 1. ed. São Paulo: Global/Ação Educativa, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Quilombismo**. 2ª ed. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Palmares/OR Editor Produtor, 2002.

NASCIMENTO, Ana Cristina do. **“Da Escola no Quilombo à Escola do Quilombo”**: a identidade quilombola na Escola Municipal Etelvina Amália de Siqueira Alves (Amparo de São Francisco - SE, 2011-2012). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2013.

RECONAL-Edu. Rede de Pesquisa, Ensino e Extensão em Educação das Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte do Brasil e da América Latina. Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/reconaledu>. Acesso em: 10 abr. 2026.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** - História Oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SALES, Madalena Santana de. **Relato**. Professora da Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento, Mato Grosso, 2020. Disponível em: <https://museucasaborges.wordpress.com/2020/08/22/comunidades-quilombolas-de-barra-do-bugres-memorias-saberes-e-fazeress/>. Acesso em 05 mar. 2025.

SANTANA, Gonçalina Eva Almeida de. **Saberes e Fazeres Quilombolas**: um olhar sobre as Práticas Pedagógicas da área de Ciências Humanas da Escola de Mata-Cavalo. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2019.

SEDUC. **Caderno Pedagógico**: Educação Quilombola Fundamental (Anos Finais) E Ensino Médio. Cuiabá: Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso, 2020.

TAVARES, Maria Helena. **Relato**. Professora e Diretora da Escola Estadual Quilombola José Mariano Bento, 2017. Disponível em: <https://museucasaborges.wordpress.com/2020/08/22/comunidades-quilombolas-de-barra-do-bugres-memorias-saberes-e-fazeress/>. Acesso em 05 mar. 2025.

Conflitos de Interesses: Autores declaram que não há interesse comercial ou associativo que represente conflito de interesse com relação a este manuscrito.

Financiamento: A Pesquisa é financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Processo número 408437/2023-5 e Processo 313334/2023-4, Modalidade: Produtividade em Pesquisa - PQ – 2 (CNPq, 2023; CNPq, 2024).

Contribuições de autores:

Autor 1 – Coautoria com participação na construção do texto, com ênfase em Mato Grosso.

Autor 2 – Coautoria com participação na construção do texto, com ênfase em Rondônia.

Recebido: 28 de Maio de 2026

Aceito: 22 de Julho de 2026

Publicado: 06 de Agosto de 2026



Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica>